

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – SEGUNDA TURMA APELAÇÃO CRIMINAL 8006366–48.2023.8.05.0146 COMARCA DE ORIGEM: JUAZEIRO PROCESSO DE 1.º GRAU: 8006366–48.2023.8.05.0146 APELANTE: WILLIAN RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA ADVOGADO (A): VALBERTO MATIAS DOS SANTOS, ROSILANE DE SOUZA GONCALVES MATIAS APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, WILLIAN RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR PROCURADORA: MARIA ADÉLIA BONELLI RELATORA: INEZ MARIA B. S. MIRANDA RECURSOS SIMULTÂNEOS. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE DE ARMA. RECURSO DE WILLIAN RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR. TORTURA. NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVA. BUSCA PESSOAL. INVASÃO DE DOMICÍLIO. AUSÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES. INOCORRÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS RESPALDADAS NO ACERVO PROBATÓRIO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: TRÁFICO PRIVILEGIADO. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. FRAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO MÍNIMA. PERDIMENTO DE BEM APREENDIDO EM FAVOR DA UNIÃO. POSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS, IMPROVIDO O DA DEFESA E PROVIDO EM PARTE O DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A versão apresentada pela defesa de que o réu foi torturado pelos policiais não encontra respaldo nos exames realizados, os quais não confirmaram a presença de lesões, nem estabeleceram nexo de causalidade entre a suposta tortura e os sintomas apresentados. Não se cogita de nulidade por invasão de domicílio, diante da demonstração de justa causa, estando o feito dentro das exceções do art. 5º, XI, da Constituição Federal, diante do estado de flagrância. Comprovadas a materialidade e a autoria delitivas do crime imputado aos réus, pela convergência das provas produzidas em juízo com as informações do inquérito policial, impõe-se a condenação. Deve ser mantida a aplicação da causa de diminuição prevista no § 4º do artigo 33, da Lei 11.313/06 quando restar demonstrado que os Apelantes são primários, de bons antecedentes e não houver prova que integrem organização criminosa ou se dediquem a atividade criminosa. Ausente fundamentação idônea que justifique a aplicação da causa de diminuição em seu patamar mínimo, deve ser aplicada a fração máxima de 2/3. Segundo entendimento do STF é possível o perdimento de qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se comprovar a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, bastando a comprovação dos requisitos previstos expressamente no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação criminal n.º 8006366–48.2023.8.05.0146, da comarca de Juazeiro, em que figuram como apelantes o Ministério Público e Willian Rodrigues dos Santos Júnior e como apelados Willian Rodrigues dos Santos Júnior, Márcio Gonzaga do Nascimento e o Ministério Público. Acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Turma julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do estado da Bahia, conforme resultado expresso na certidão de julgamento, em conhecer os recursos, negar provimento ao da defesa e dar parcial provimento ao do Ministério Público, nos termos do voto da Relatora. Salvador, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATORA 13 (APELAÇÃO CRIMINAL 8006366–48.2023.8.05.0146) PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e provido em parte Por Unanimidade Salvador, 18 de Abril de 2024. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATÓRIO Adoto, como próprio, o relatório constante da sentença inserta no id. 56821854, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da

comarca de Juazeiro, acrescentando que, findada a instrução processual, o Juízo a quo julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na denúncia, para condenar Márcio Gonzaga do Nascimento, pelos delitos tipificados no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 12, da Lei n.º 10.826/03 e Willian Rodrigues dos Santos Júnior, pelos delitos tipificados no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 14, da Lei n.º 10.826/03. As penas de Márcio foram fixadas em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e o pagamento de 100 (cem) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos em relação ao tráfico de drogas e 01 (um) ano de detenção e pena de multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, pelo delito de posse de arma de fogo. As penas de Willian foram estabelecidas em 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e o pagamento de 120 (cento e vinte) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos. Ao final, as reprimendas corporais foram substituídas por duas penas restritivas de direito, nas modalidades previstas no artigo 43, IV e III do Código Penal. Irresignado, o Ministério Público manejou o presente recurso de apelação no id. 56821866, com as razões insertas no id. 56821875, pelas quais pugnou o redimensionamento das penas aplicadas, em razão da impossibilidade de aplicação da figura do tráfico privilegiado e, subsidiariamente, a aplicação do privilégio no patamar mínimo de 1/6; e requer o perdimento do automóvel apreendido em favor da União. A Defesa do réu Willian Rodrigues dos Santos Júnior, por sua vez, interpôs recurso de Apelação no id. 56821865, com suas respectivas razões colacionadas no id. 56821887, pelas quais requer, preliminarmente, a nulidade das provas obtidas por meio de tortura e invasão de domicílio. No mérito, requer a absolvição por falta de provas. O Ministério Público, em sede de contrarrazões, pugnou pelo improvimento do presente recurso de Apelação. (id. 56821889) Na sequência, a defesa do réu Willian Rodrigues dos Santos Júnior apresentou suas contrarrazões (id. 56821887), pugnando pelo não acolhimento dos pedidos formulados pelo Ministério Público, enquanto a Defesa do réu Márcio Gonzaga do Nascimento requereu “seja negado provimento ao recurso apelatório, impetrado pelo i. representante do Ministério Público”. (ids. 58333025) A Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do apelo ministerial, para afastar o benefício constante do § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/96 e pelo improvimento do recurso defensivo (id. 58693076). É o relatório. Salvador, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATORA 13 (APELAÇÃO CRIMINAL 8006366-48.2023.8.05.0146) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA GABINETE DA DESEMBARGADORA INEZ MARIA B. S. MIRANDA VOTO

Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço dos apelos. Cuida-se de recursos de apelação interpostos, simultaneamente, pelo Ministério Público e pela defesa do réu Willian Rodrigues dos Santos Júnior, contra a sentença que condenou Willian Rodrigues dos Santos Júnior, pelos delitos tipificados no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 14, da Lei n.º 10.826/03 e, Márcio Gonzaga do Nascimento, pelos delitos descritos no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 12, da Lei n.º 10.826/03. Consta da denúncia que no dia 11 de maio de 2023, por volta das 02h, uma guarnição da Polícia Militar foi avisada por populares a ocorrência de uma festa na rua Santa Clara, nº 445, Juazeiro, com consumo de drogas. Ao chegarem no local, visualizaram Willian Rodrigues dos Santos Junior na porta da residência e, ao efetuarem a busca pessoal, encontraram uma pistola calibre 380,

municiada com 12 (doze) projéteis, além de 05 (cinco) petecas de cocaína. Após, por meio do portão aberto, os agentes do Estado avistaram dois indivíduos subindo para o segundo andar da residência, o que motivou o ingresso no imóvel. Em seguida, na residência encontraram alguns indivíduos utilizando entorpecentes, com o acusado Rogério Deolino dos Santos, um revólver calibre 38, e nos cômodos da residência de Márcio Gonzaga do Nascimento, grande quantidade de maconha, máquinas de cartão, colete balístico, balaclava e uma espingarda de repetição, calibre 12. No veículo, placa policial OKJ-0D32, de propriedade de Willian foram encontradas 42 duas petecas de cocaína e 21 munições intactas calibre 380. Aponta a exordial acusatória, que as substâncias apreendidas em poder dos Denunciados foram periciadas em caráter preliminar, tendo restado constatado que as mesmas totalizavam: 82,7 g (oitenta e dois gramas e setenta centigramas), correspondente a cocaína e 512,5 g (quinhentos e doze gramas e cinquenta centigramas) de maconha. (id. 56821295).

Preliminarmente, a defesa de Willian Rodrigues dos Santos Júnior suscitou a nulidade das provas obtidas por meio ilícito, sustentando que, no momento da prisão, o acusado foi torturado pelos agentes do Estado, resultando em traumatismos múltiplos de órgãos intratorácicos; de igual modo, suscitou a ilegalidade da abordagem policial e, por consequência, das provas produzidas, em face da “ilícita violação de o domicílio”. 1ª Preliminar Quanto à suscitada nulidade das provas obtidas por meio ilícito, em face da alegação de tortura, no momento da prisão, sabe-se que, no sistema processual penal, o ônus da prova recai sobre quem alega o fato que se quer provar, ex vi artigo 156, do Código de Processo Penal. No caso vertente, o Apelante não logrou êxito em demonstrar, de maneira robusta, ter sido submetido à tortura pelos agentes estatais. Note-se que o Apelante foi submetido a dois exames médico-legais, nos dias 13/05/2023 e 17/05/2023 (ids. 56821295, fls. 94/95 e 96/97), a fim de comprovar eventual agressão contra ele perpetrada, onde os peritos não confirmaram a presença de lesões, nem estabeleceram nexo de causalidade entre a suposta tortura e os sintomas apresentados. Senão vejamos: “(...) Na admissão relatou dor a palpação esquerda do abdômen e estava com taquipneia. Na chegada ao HUT foi colocado em VNI (ventilação não invasiva). Realizou TC-vidro fosco + pequena área de laceração pulmonar e presença de pneumomediastino não hipertensivo. Tais achados podem corresponder a processo inflamatório/ infeccioso (incluindo viral ou bacteriano), hemorragia alveolar, relacionado ao uso de substâncias químicas, dentre outras causas. (...) A perita não dispõe de elementos de convicção que permitam estabelecer ou afastar nexo de causalidade entre a suposta agressão alegada e os sintomas e achados apresentados na admissão hospitalar. (...) Ausência de lesão externa aparente ao momento do exame pericial. (...) ao 1º quesito: Sem elementos para afirmar ou negar face a ausência de lesões visíveis ao momento do exame pericial; ao 2º quesito: Prejudicado; ao 3º quesito: Prejudicado; ao 4º quesito: Prejudicado; ao 5º quesito: Prejudicado; ao 6º quesito: Prejudicado. (...)” (id. 56821296, fls. 94/95, laudo n.º 2023 17 PV 002441-01). “(...) Segundo o periciando antes do internamento cursava com tosse há 15 dias. Traz Tomografia de tórax no dia do internamento (sic) que “evidenciou padrão de vidro fosco em distribuição medular com áreas de consolidação em segmentos posteriores, pequena área de laceração pulmonar e presença de pneumo mediastino não hipertensivo”. (...) Tais achados podem corresponder a processo inflamatório/infeccioso (incluindo viral ou bacteriano), hemorragia alveolar, relacionado ao uso de substâncias químicas, dentre outras

causas. (...) área cardíaca preservada e estruturas vasculares mediastinais com calibre e disposição habituais, estruturas ósseas íntegras. Tomografia de Abdômen sem anormalidades aparentes ao estudo sem contraste. (...) O perito não dispõe de elementos de convicção que permitam estabelecer ou afastar nexo de causalidade entre a suposta agressão alegada e os sintomas e achados apresentados na admissão hospitalar. Ao exame, o perito evidenciou: ausência de lesões externas visíveis ao momento do exame pericial. (...) ao 1º quesito: sem elementos para afirmar ou negar face ausência de lesões visíveis ao momento do exame pericial; ao 2º quesito: prejudicado; ao 3º quesito: prejudicado; ao 4º quesito: prejudicado; ao 5º quesito: prejudicado; ao 6º quesito: prejudicado. (...)” (id. 56821296, fls. 96/97, laudo n.º 2023 17 PV 002537-01 – grifei). Malgrado a Defesa afirme que das supostas agressões resultaram traumatismos múltiplos dos órgãos intratorácicos do Apelante, essa informação não se coaduna com a hipótese de terem sido desferidos “murros na barriga e sacoladas”, conforme versão apresentada pelo réu em seu interrogatório pré-processual (id. 56821296, fl. 85), em razão da própria anatomia do corpo humano, em que os órgãos intratorácicos estão posicionados em região diversa do abdômen, como também pela ausência de qualquer registro médico acerca da existência de equimoses no Apelante, o que não nos parece verossímil ante a gravidade de um quadro de traumatismos múltiplos, sobretudo por ter sido realizado o primeiro exame de lesões corporais apenas 02 (dois) dias após a prisão do Apelante, quando ainda se encontrava no Hospital, não podendo se aventar a hipótese de desaparecimento dos vestígios por decurso temporal. Ademais, consta do Sumário de Alta (id. 56821296, fls. 98-101) que o Apelante cursava com um diagnóstico de Septicemia por *Streptococcus pneumoniae* (A40.3), sendo, inclusive, introduzido a antibioticoterapia que, tem por finalidade, curar uma doença infecciosa ou combater um agente infeccioso situado em um determinado foco de infecção (BRASIL, Ministério da Saúde in Consenso sobre o uso racional de antimicrobianos, 2001, p. 9), o que não nos parece corroborar com a tese de agressão ventilada pela Defesa e nos leva a crer que o quadro relatado pode ter decorrido de quadro infeccioso que o mesmo se encontrava quando da sua prisão. Assim, ante a insuficiência de elementos probatórios acerca da tortura alegada, rejeito a preliminar suscitada. 2ª Preliminar Em relação à suposta violação de domicílio, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XI, consagra o direito fundamental à inviolabilidade do domicílio, dispondo que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Lado outro, o artigo 240, § 1º, do Código de Processo Penal, estabelece as hipóteses em que, havendo fundadas razões, poderá proceder-se a busca domiciliar. Nesse sentido, o Superior Tribunal Federal, consignou, em repercussão geral, o Tema 280, que estabelece: “A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.” (RE 603616/R0, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 10/05/2016). No caso concreto, os depoimentos dos policiais prestados judicialmente, relataram as circunstâncias do flagrante, conforme transcrição das gravações audiovisuais (PJe mídias), vejamos: “(...) que receberam uma denúncia de um transeunte; que essa pessoa disse que estava tendo uma festa do pó, uma festa de droga dentro de uma

casa; (...) que passando pela determinada rua, viram um cidadão saindo da casa e o abordaram, momento em que encontraram uma certa quantidade de drogas; (...) que com o indivíduo do lado de fora foi encontrada uma pistola; que a pistola estava municiada; que a droga encontrada com ele foi cocaína; que duas pessoas vinham saindo e quando avistaram a guarnição, voltaram correndo para dentro de casa; que nesse momento foram atrás e encontraram mais armas e mais drogas; que no meio da diligência um deles disse que tinha um carro lá fora e quando foram fazer a busca dentro do carro, encontraram mais droga dentro do carro; que era cocaína (...) que tinha som na casa; que Willian estava saindo da residência; que entraram na casa pelo flagrante; que a arma estava na cintura de Willian; que a arma de Rogério estava na cintura também, que ele entrou em luta corporal; que foram encontradas três armas, que se não se engana, foi uma pistola 380, um revólver 38 e uma espingarda calibre 12, que estava atrás da geladeira; que uma arma foi encontrada na cintura de Willian e outra na cintura de Rogério (...)." (SD/PM Alex Silva Carneiro, id. 56821812). "(...) estavam fazendo uma ronda de rotina no bairro; que foram abordados por populares informando que na rua Santa Clara estava havendo uma festa com possível tráfico de drogas; que quando adentraram na rua, Willian vinha saindo da casa, que foi dado voz de abordagem; que ao realizarem a busca pessoal, foi encontrada uma pistola na sua cintura; que dois indivíduos que vinham saindo da casa viram a abordagem e entraram correndo para dentro da casa; que nesse momento procederam com a conduta de patrulha e adentraram na casa (...) que quando chegaram na residência o som estava alto; que Willian estava na porta, saindo da residência; que quando Willian avistou a viatura, ele apenas olhou, que nesse momento deram a voz de abordagem; que com Willian foi encontrado uma arma e uma quantidade de cocaína no bolso; que os dois indivíduos que iriam saindo, que correram para dentro da casa, que eles procederam à conduta de patrulha e adentraram a casa (...)" (SD/PM Ayrlan Oliveira Costa, id. 56821835 – grifei). Na etapa preliminar, os agentes de segurança pública Roger Richardson de Souza Santos, Ayrlan Oliveira Costa e Alex Silva Carneiro, prestaram relatos idênticos, que, por sua vez, reforçam o cenário posto. Vejamos: "(...) que por volta das 02 h, fazia rondas ostensivas juntamente com sua equipe no bairro Piranga, e após as informações de populares que no endereço Rua Santa Clara, n.º 445, ocorria uma festa com vendas e consumo de drogas. Que juntamente com seus policiais dirigiram-se ao local e ficaram nas imediações do local, averiguando algum sinal ilícito, quando ouviu o barulho de alguém manuseando uma pistola. Que permaneceram próximos ao local até que uma das pessoas que estava na residência abriu o portão e saiu. Que o mesmo ao ser abordado se identificou como Willian e ao ser revistado foi encontrada com o mesmo uma pistola 380 municiada com doze munições intactas, na sua cintura, bem como, cinco petecas de pó branco, supostamente cocaína nos bolsos da calça. Que detiveram Willian na saída, tendo o portão do imóvel ficado aberto. Que nesse intervalo de tempo no momento percebeu que duas pessoas subiram as escadas da residência (...) Que ao adentrarem no primeiro andar, pois no térreo era garagem, verificou um indivíduo de nome Rogério que portava um revólver 38 na cintura e ao ser dado ao mesmo voz de prisão, Rogério tentou se evadir pela varanda, sendo necessária a sua contenção pelos policiais, chegando a entrar em luta corporal com os mesmos (...)" (id. 56821296, fls.13-18). Em depoimento extrajudicial, o acusado Rogério Deolino dos Santos narrou que: "(...) que hoje foi chamado pela pessoa de Márcio para ir a sua casa onde estava ocorrendo uma festa em comemoração ao seu aniversário de casamento

e que já tinham várias pessoas na casa dele e algumas garotas de programa; que foi de Uber até a casa de Márcio e no local encontrou alguns conhecidos e umas 05 mulheres que não conhecia e que seriam as garotas de programa; que cerca de 10 minutos depois a Polícia Militar chegou ao local e o interrogado, com medo tentou fugir e subiu a escada para o primeiro andar (...)” (id. 56821296, fl.40 – grifei). Analisada a casuística, infere-se dos autos que inexistem elementos suficientes a atestar a ilegalidade do flagrante, têm-se, em verdade, elementos probatórios produzidos nos autos que evidenciam a existência de justa causa apta a autorizar o acesso regular dos policiais à residência do apelado Márcio Gonzaga do Nascimento. Cumpre consignar que as diligências policiais foram embasadas, inicialmente, em denúncia anônima especificada que, indicou, objetivamente, que no endereço rua Santa Clara, n.º 445, bairro Piranga, estava ocorrendo uma festa com venda e consumo de drogas, informação que foi confirmada pelos policiais, em exercício regular da atividade investigativa. Nessa lógica, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça tem firmado o entendimento de que não há ilegalidade no flagrante decorrente de denúncia anônima especificada, ou seja, quando as informações anônimas consistem na descrição de detalhes que são minimamente verificados pelos agentes policiais, inexistindo, portanto, uma abordagem aleatória e discricionária. Vejamos: “1. A dinâmica da prisão em flagrante, como firmada no quadro fático-probatório delimitado no decisum impugnado, é a seguinte: i) os policiais receberam denúncias anônimas especificadas, no sentido de que, no endereço onde o acusado foi localizado, estaria ocorrendo tráfico de drogas; ii) em diligência para confirmar os informes, os policiais se dirigiram para o local da prisão; iii) a busca pessoal realizada no suspeito revelou que possuía quantidade de material entorpecente embalado para a venda; iv) o agente teria confessado informalmente a traficância e autorizado o ingresso dos policiais na residência onde mais drogas foram encontradas. – Dessa forma, a revista pessoal e o ingresso no domicílio do paciente estavam justificados, pois havia elementos concretos, legítimos e idôneos de fundada suspeita de que o paciente estaria na posse de elementos de corpo de delito e de que ocorria o crime em flagrante, o que se confirmou. Ademais, foi autorizada a entrada dos policiais pelo próprio suspeito. (AgRg no HC 845855/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 08/03/2024). No caso em apreço, os agentes estatais, ao se dirigirem para a localidade informada, identificaram que de fato estava ocorrendo uma festa, com som alto na referida residência, da qual observaram que Willian Rodrigues dos Santos Júnior estava saindo e resolveram proceder a abordagem e busca pessoal, tendo resultado na apreensão de uma arma de fogo, munições e “petecas” de cocaína. Somado a isso, depreende-se dos autos, que os agentes estatais visualizaram, por meio do portão aberto, que Rogério Deolino dos Santos e outra pessoa não identificada, ao avistarem a guarnição, retornaram correndo para o interior do imóvel, informação corroborada pelo próprio depoimento extrajudicial de Rogério, que afirmou que “com medo tentou fugir e subiu a escada para o primeiro andar”. Analisados em conjunto, todos esses elementos informativos e de prova, quais sejam, a denúncia anônima especificada, a apreensão de ilícitos em posse de Willian Rodrigues dos Santos Júnior e a fuga de Rogério Deolino dos Santos ao avistar a guarnição, demonstram, de forma patente, que o ato estatal estava amparado em fundadas razões que indicavam que um delito estava em cometimento dentro do imóvel, o que, conforme jurisprudência consolidada do Superior

Tribunal de Justiça, flexibiliza a inviolabilidade do domicílio e afasta a tese defensiva de nulidade do flagrante e, por consequência, das provas colhidas. Vejamos: “O ingresso em domicílio alheio, para se revestir de legalidade, deve ser precedido da constatação de fundadas razões que forneçam razoável certeza da ocorrência de crime no interior da residência. Em outras palavras, somente quando o contexto fático anterior à invasão fornecer elementos que permitam aos agentes de segurança ter certeza para além da dúvida razoável a respeito da prática delitiva no interior do imóvel é que se mostra viável o sacrifício do direito constitucional de inviolabilidade de domicílio.” (AgRg no HC 864014 / SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de DJe 20/03/2024 – grifei). Nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido que, se tratando do crime de tráfico de drogas, praticado na modalidade “guardar”, a consumação se prolonga no tempo e, enquanto configurada essa situação, a flagrância permite a busca domiciliar, independentemente da expedição de mandado judicial, desde que presentes fundadas razões, *ipsis litteris*: “PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR. FUNDADAS RAZÕES PARA O INGRESSO NO IMÓVEL DEVIDAMENTE COMPROVADAS A POSTERIORI. OBSERVÂNCIA DAS DIRETRIZES FIXADAS POR ESTA SUPREMA CORTE NO JULGAMENTO DO TEMA 280 DA REPERCUSSÃO GERAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESCONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, que não podem ceder – salvo excepcionalmente – à persecução penal do Estado. 2. Os direitos à intimidade e à vida privada – consubstanciados em bens, pertences e documentos pessoais existentes dentro de “casa” – garantem uma salvaguarda ao espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas, e contra flagrantes arbitrariedades. 3. Excepcionalmente, porém, a Constituição Federal estabelece específica e restritamente as hipóteses possíveis de violabilidade domiciliar, para que a “casa” não se transforme em garantia de impunidade de crimes, que em seu interior se pratiquem ou se pretendam ocultar. Dessa maneira, nos termos do já citado inciso XI, do artigo 5º da Constituição Federal, a casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial. 4. O alcance interpretativo do inciso XI, do artigo 5º da Constituição Federal foi definido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, na análise do RE 603.616/RO (Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 10/5/2016, Tema 280 de Repercussão Geral), a partir, exatamente, das premissas da excepcionalidade e necessidade de eficácia total da garantia fundamental; tendo sido estabelecida a seguinte TESE: “A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.” 5. Ocorre, entretanto, que o Superior Tribunal de Justiça, no caso concreto ora sob análise, concluiu que, não obstante o suspeito tenha empreendido fuga e ingressado em sua residência ao avistar os policiais durante patrulhamento de rotina, tais fatos não constituiriam fundamentos hábeis a permitir o ingresso em seu domicílio. 6. Em se tratando de delito de

tráfico de drogas praticado, em tese, na modalidade “guardar”, a consumação se prolonga no tempo e, enquanto configurada essa situação, a flagrância permite a busca domiciliar, independentemente da expedição de mandado judicial, desde que presentes fundadas razões de que em seu interior ocorre a prática de crime, como consignado no indigitado RE 603.616, portador do Tema 280 da sistemática da Repercussão Geral do STF. 7. Agravo Regimental a que se nega provimento”. (RE 1466339 AgR, Rel. Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe 09/01/2024 – grifei). Registre-se, outrossim, que não há razão para deslegitimar os depoimentos prestados pelos Policiais Militares acerca das circunstâncias do flagrante, pois são dotados de fé pública e por inexistir nos autos qualquer indício que coloque em dúvida a veracidade das informações por eles prestadas ou que demonstre o interesse deles na condenação dos Apelados, sobretudo ante a afirmação em juízo de não conhecerem previamente os acusados. Destarte, rejeito a preliminar suscitada. Passo a análise do mérito. Inicialmente, convém assinalar que o crime de tráfico ilícito de entorpecentes está previsto no artigo 33, da Lei n.º 11.343/2006 que prevê: “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.” In casu, verifica-se, em princípio, que estão presentes, na conduta dos Recorridos, os elementos exigidos para configuração do referido crime, na medida em que a materialidade delitiva restou consubstanciada no Auto de Exibição e Apreensão (id. 56821296, fls.19/20), pelo Laudo de constatação (id. 56821296, fls.27/28) e pelo Laudo de Exame Pericial das substâncias entorpecentes apreendidas (id. 56821836), por meio dos quais se constatou que os acusados Willian e Márcio mantinham em depósito e traziam cocaína e cannabis sativa. Outrossim, o acusado Márcio Gonzaga do Nascimento, em seu depoimento judicial, afirmou que durante a comemoração em sua residência estava ocorrendo o consumo de drogas, cocaína e maconha, apontando, inclusive, que “forneceu apenas as drogas e as bebidas, que os demais convidados trouxeram as garotas de programa”. De igual modo, o acusado Willian Rodrigues dos Santos Júnior confirmou que na festa realmente estava ocorrendo o fornecimento e consumo de drogas, havendo, por conseguinte, provas suficientes de autoria delitiva, considerando tanto as circunstâncias do flagrante, quanto o depoimento do condutor, testemunhas do flagrante e o interrogatório dos acusados. No tocante à aplicação da minorante, prevista no § 4º do artigo 33, da Lei 11.313/06, têm-se a previsão legal de quatro requisitos que, presentes cumulativamente, permitirão a sua aplicação, sendo eles a primariedade do agente, existência de bons antecedentes e agente que não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. No caso em tela, o Juízo de origem decidiu com evidente acerto quanto à aplicação da referida minorante, uma vez que os acusados Márcio Gonzaga do Nascimento e Willian Rodrigues dos Santos Júnior detêm primariedade e não há nos autos elementos suficientes que permitam concluir com clareza a dedicação dos Apelados à atividade criminosa, tampouco suas participações em organização criminosa. Nesse entendimento, o Superior de Justiça fixou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1139), a tese de que “a existência de ações penais em andamento não justifica a conclusão de que o sentenciado se dedica às atividades criminosas para fins de obstar a aplicação do art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06”. No que concerne aos delitos previstos nos



artigos 12 e 14, da Lei n.º 10.826/2003, cumpre registrar que a materialidade delitiva restou igualmente comprovada por meio do Laudo de Exame Pericial das armas de fogo apreendidas (id. 56821296, fls.68, 69 e 71/73), por meio do qual se averiguou que o acusado Willian Rodrigues dos Santos Júnior portava 01 (uma) arma de fogo, pistola semiautomática, de marca Taurus, modelo PT 58 SS, calibre .380 ACP, além de 33 (trinta e três) cartuchos de arma de fogo e que, o acusado Márcio Gonzaga do Nascimento possuía, no interior de sua residência, 01 (uma) arma de fogo longa, espingarda, de marca CBC, linha "Pump Action", modelo 586, calibre nominal 12, 04 (quatro) cartuchos de arma de fogo, calibre nominal 12, além de 1 (um) colete balístico e 01 (uma) touca ninja balaclava, ambos sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Em seus depoimentos judiciais, os agentes de segurança pública Ayrlan Oliveira Costa e Alex Silva Carneiro, relataram, em unicidade, que encontraram na cintura do acusado Willian, uma arma de fogo, do tipo pistola e dentro da residência do acusado Márcio, atrás da geladeira, uma espingarda calibre 12. Em Juízo, o acusado Márcio Gonzaga do Nascimento confirmou que a arma de fogo do tipo espingarda, de marca CBC, linha "Pump Action", modelo 586, calibre nominal 12 lhe pertencia: "(...) que na sua casa, havia umas vinte pessoas; (...) que Rogério Deolino e Willian Rodrigues estavam na festa, que não tinha conhecimento que eles estavam armados; que em sua posse estava apenas a calibre 12, que estava atrás da geladeira (...) " (id. 56821835). Assim, diante de todo exposto e dos fundamentos exarados na sentença pelo Magistrado a quo, que próximo à causa constatou justificadamente a consumação dos delitos pelos Réus, ratifico a condenação de Márcio Gonzaga do Nascimento, nas penas do artigo 33, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 12, da Lei n.º 10.826/03 e de Willian Rodrigues dos Santos Júnior, nas penas do artigo 33, da Lei n.º 11.343/06 e artigo 14, da Lei n.º 10.826/03, mantendo, a ambos, a aplicação da minorante prevista no § 4º do artigo 33, da Lei n.º 11.343/06, no patamar de 2/3 (dois terços), em face da inexistência de fundamentação idônea que justifique a aplicação da causa de diminuição em patamar inferior à fração máxima. Por fim, o pleito Ministerial referente ao perdimento do automóvel apreendido em favor da União, encontra fundamento no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal, que estabelece que "todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei"; de modo igual, o artigo 63, inciso I, da Lei n.º 11.343/2006, estabelece que o Juízo, ao proferir a sentença, decidirá sobre o perdimento do bem apreendido em decorrência dos crimes de tráfico de drogas. O Juízo a quo ao apreciar a questão, entendeu que, inobstante tenham sido encontradas substâncias entorpecentes no interior do veículo Chevrolet/Cruze LT NB, de placa policial OKJ-0D32 e código RENAVAM n.º 00478047843, não restou evidenciado que o veículo estivesse sendo utilizado para a finalidade de transporte das drogas, destacando que deve incidir sobre o bem a sua efetiva utilização na prática do ilícito. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE n.º 638.491/PR sob a temática da repercussão geral (Tema 647) fixou a tese que: "É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no

artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal."(RE 638491, Rel. Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 23/08/2017 – grifei). No presente caso, consta dos autos que o veículo estava em posse de Willian Rodrigues dos Santos Júnior, tendo sido encontrados, em seu interior, “papelotes” de cocaína e munições na ocasião do flagrante, resultando em sua apreensão. Informação ratificada pelos policiais Ayrlan Oliveira Costa e Alex Silva Carneiro em seus depoimentos judiciais: “(...) que no meio da diligência um deles disse que tinha um carro lá fora e quando foram fazer a busca dentro do carro, encontraram mais droga dentro do carro; que era cocaína; que o carro era um Cruze sedan; que encontraram um revólver na cintura de um indivíduo, e ele tentou agredir o policial que estava fazendo a busca, que foi necessário o uso da força para contê-lo; que na mesa da casa tinha um colete balístico; que tinham mais homens dentro da residência, tinha muita gente dentro da casa, tinha mais homens e tinha mulheres; que no quarto encontraram um pacote generoso de maconha; que também foi encontrada maquineta e uma quantidade de dinheiro, que não era muito, que não sabe se passava de R\$100,00; que foi encontrado mais cocaína dentro do veículo Cruze (...)” (SD/PM Alex Silva Carneiro, id. 56821812 – grifei). “(...) que Marcio assumiu a responsabilidade da arma; que Márcio e Fabiana assumiram serem os donos das drogas; que o veículo parado na frente da residência era branco; que Willian assumiu que o veículo Cruze lhe pertencia; que na busca no carro foram encontrados mais de 40 invólucros de cocaína e as munições da arma que foi encontrada com ele (...)” (SD/PM Ayrlan Oliveira Costa, id. 56821835 – grifei). Assim, tendo em vista que o veículo estava sendo utilizado para guardar as drogas e munições pertencentes ao réu Willian Rodrigues dos Santos Júnior, restou comprovado que estava relacionado, de fato, ao tráfico de drogas. Dessa forma, determino o perdimento do bem, Chevrolet/Cruze LT NB, de placa policial OKJ-0D32 e código RENAVAM n.º 00478047843, em favor da União. Importa registrar que as penas foram fixadas no mínimo legal e, em relação ao tráfico de drogas, reduzido em 2/3 ante o reconhecimento da figura privilegiada do tráfico, sendo certo que a sentença não merece retoques quanto ao ponto. Ante o exposto, conheço dos recursos, rejeito as preliminares e, no mérito, nego provimento ao apelo defensivo e dou parcial provimento ao apelo ministerial para determinar o perdimento do automóvel apreendido em favor da União. Mantenho a sentença combatida nos seus demais termos. É como voto. Sala de Sessões, data e assinatura registradas no sistema. INEZ MARIA B. S. MIRANDA RELATORA 13 (APELAÇÃO CRIMINAL 8006366-48.2023.8.05.0146)